Demonstrações financeiras

Cachoeira Escura Energética S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração dos resultados abrangentes	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000 ev com br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Cachoeira Escura Energética S.A.** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Escura Energética S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cachoeira Escura Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 015.199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

Balanço patrimoniail 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	147	515
Contas a receber		119	119
Dividendos a receber	11	23.736	13.156
Impostos a recuperar		57	66
Mútuos a receber	4	1.226	-
Total do ativo circulante		25.285	13.856
Não circulante			
Investimento	5	256.070	290.249
Total do ativo não circulante		256.070	290.249
Total do ativo	<u> </u>	281.355	304.105

	Notas	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	6	25.022	1
Impostos e contribuições a recolher		-	15
Dividendos a pagar	11	8.724	6.278
Total do passivo circulante	<u> </u>	33.746	6.294
Patrimônio líquido			
Capital social	8	225.804	275.804
Reservas de lucros	8	21.805	22.007
Total do patrimônio líquido		247.609	297.811
Total do passivo e do patrimônio líquido		281.355	304.105

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(22.696)	(22.652)
Resultado com equivalência patrimonial	5	54.747	49.026
Outras receitas (despesas) operacionais		-	57
		32.051	26.431
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		32.051	26.431
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		6	18
Despesas financeiras		(2)	(6)
		4	12
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		32.055	26.443
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	-	(11)
		-	(11)
Lucro líquido do exercício	<u> </u>	32.055	26.432

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	32.055	26.432
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	32.055	26.432

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de I	ucros		Total do
		_		Retenção	Lucros	patrimônio
	Notas	Capital social	Reserva legal	de lucros	acumulados	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		307.004	1.853	12.174	-	321.031
Redução de capital ocorrida no exercício	8.a	(31.200)	-	-	-	(31.200)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	8.c	-	-	(12.174)	-	(12.174)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.432	26.432
Constituição de reserva legal	8.b	-	1.322	-	(1.322)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	-	-	-	(6.278)	(6.278)
Reserva de dividendos complementares	8.b	-	-	18.832	(18.832)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		275.804	3.175	18.832	-	297.811
Redução de capital ocorrida no exercício	8.a	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Declaração de dividendos intermediários						
ocorridas no exercício	8.c	-	-	-	(13.425)	(13.425)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	8.c	-	-	(18.832)	-	(18.832)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.055	32.055
Constituição de reserva legal	8.b	-	1.603	-	(1.603)	-
Reserva de dividendos complementares	8.b	-	-	17.027	(17.027)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u> </u>	225.804	4.778	17.027	-	247.609

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		32.055	26.432
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação		32.033	20.432
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Encargos financeiros, líquidos	4	(6)	_
Resultado de equivalência patrimonial	5	(54.747)	(49.026)
Amortização da mais valia alocada	5	22.647	22.647
Amontzação da mais valia alocada	3	22.041	22.047
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		9	(14)
Outros		-	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		21	(51)
Impostos e contribuições a recolher		(15)	(54)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(36)	(64)
·		. ,	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		55.699	43.299
Liberação de recursos para partes relacionadas	4	(1.220)	-
Redução de capital em empresas investidas	5	-	4.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		54.479	47.599
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	8.a	(25.000)	(31.200)
Dividendos pagos		(29.811)	(16.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	_	(54.811)	(47.432)
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(368)	103
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		515	412
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		147	515
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	<u> </u>	(368)	103
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		-	6
Valores pagos de CS:		-	5
Redução de capital		25.000	-
As notes avallantives are north interrepts designed as a sector of			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cachoeira Escura Energética S.A. ("Escura" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuam como objeto atividades relacionadas à exploração, produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e de créditos de carbono gerados em razão dessas atividades.

A Sociedade foi constituída em 14 de março de 2008 como subsidiária integral da Brookfield Energia Renovável S.A. ("BER"). Em 17 de julho de 2015, a BER transferiu a totalidade de suas ações para a Itiquira Energética S.A., sua atual controladora, com sede na cidade de Itiquira, Estado do Mato Grosso.

As controladas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

	Data do	contrato
Setor	Início	Vencimento
Comercializadora de energia	01/01/2017	30/06/2029

As controladas da Sociedade, em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não entraram em nenhuma renegociação referente ao faturamento ou fornecimento de energia durante o período de pandemia do COVID-19 ocorrida no ano 2020.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido (CCL) negativo de R\$ 8.461 (em 31 de dezembro de 2019, o CCL era positivo). A Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui habilidade para tal continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Excluindo dividendo o CCL é positivo e os acionistas e administradores não tem intenção de demandar pagamentos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A consolidação das demonstrações financeiras será apresentada na investidora nível acima da Sociedade, Itiquira Energética S.A., a qual detém 100% da Sociedade.

Conforme CPC 36 (R3), a controladora pode deixar de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, somente se todas as condições a seguir forem cumpridas, além do permitido legalmente:

- (a) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito de voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controlada;
- (b) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais da controladora não são negociados publicamente;
- (c) a controladora não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a CVM ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de capitais; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração--Continuação

 (d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas e em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade atende todas as condições acima descritas.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação
 - b.1) Ativos financeiros--Continuação
 - A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
 - A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e dividendos a receber.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) Passivos financeiros--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

d) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

g) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

h) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) <u>Investimentos</u>

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 5), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) <u>Investimentos</u>--Continuação

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	26	35
Aplicações financeiras	121	480
Total	147	515

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	-	480
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	100	-
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	21	-
			121	480

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	_	_
Liberação de recursos para partes relacionadas	1.220	-
Imposto sobre operação financeira	6	-
Saldo final	1.226	-

A Cachoeira Escura Energética S.A. possui operação de mútuo realizada com Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 1.000 sem juros e com data de vencimento indeterminada

A Cachoeira Escura Energética S.A. possui operação de mútuo realizada com Brookfield Energia Comercializadora Ltda. durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 220 sem juros e com data de vencimento indeterminada

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento

	Particip sobre o cap	•	Patrimó líquio		Lucr do exer		Valor investim		Equivalé patrimo	
Controladas	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Bela Vista Energética Ltda.	100,00%	100,00%	45.600	45.584	24.304	22.504	45.600	45.584	24.304	22.504
Pantanal Energética Ltda.	100,00%	100,00%	38.160	49.708	30.443	26.522	38.160	49.708	30.443	26.522
Mais valia alocada					-	-	172.310	194.957	-	-
Total					54.747	49.026	256.070	290.249	54.747	49.026

Na Sociedade, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	Saldo em	Equivalência	Amortização	Redução		Saldo em
Controladas	2019	patrimonial	de mais valia	de capital	Dividendos	2020
Bela Vista Energética Ltda.	45.584	24.304	-	-	(24.288)	45.600
Pantanal Energética Ltda.	49.708	30.443	-	-	(41.991)	38.160
Mais valia alocada	194.957	-	(22.647)	-	-	172.310
Total	290.249	54.747	(22.647)	-	(66.279)	256.070

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento--Continuação

	Saldo em	Equivalência	Amortização	Aumento		Saldo em
Controladas	2018	patrimonial	de mais valia	de capital	Dividendos	2019
Bela Vista Energética Ltda.	42.496	22.504	-	(4.300)	(15.116)	45.584
Pantanal Energética Ltda.	54.579	26.522	-	-	(31.393)	49.708
Mais valia alocada	217.604	-	(22.647)	-	-	194.957
Total	314.679	49.026	(22.647)	(4.300)	(46.509)	290.249

Principais informações sobre empresas controladas

	2020			2019				
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Bela Vista Energética Ltda.	56.823	11.223	45.600	24.304	53.595	8.011	45.584	22.504
Pantanal Energética Ltda.	60.195	22.035	38.160	30.443	63.578	13.870	49.708	26.522

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento--Continuação

Extensão de outorga - Bela Vista Energética Ltda.

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a controlada da Sociedade, Bela Vista Energética S.A., determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 27 meses, ao valor de R\$ 9.056. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a pagar

	2020	2019
Fornecedores	22	1
Contas a pagar – partes relacionadas	25.000	-
Total	25.022	1

7. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 225.804 (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 275.804), dividido em 355.501.350 (trezentas e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e uma mil e trezentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 17 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 25.000 sem o cancelamento de ações.

Em 15 de janeiro de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 25.000, sem cancelamento de ações.

Em 17 de setembro de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 16.200, sem cancelamento de ações.

Em 17 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, reduziram o capital da Sociedade em R\$ 15.000, sem cancelamento de ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) <u>Dividendos</u>

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório valor não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 17 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 13.425.

Em 23 de julho de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 18.832 à conta de Reserva Especial.

Em 17 de maio de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 12.174 (R\$ 34,24 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Divulgação das despesas por natureza

	2020	2019
Despesas gerais e administrativas		
Amortização da mais valia alocada	22.647	22.647
Serviços de terceiros	21	-
Promoção e publicidade	28	-
Outros	-	5
Total de despesas gerais e administrativas	22.696	22.652

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	32.055	26.443
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	10.899	8.990
Amortização da mais valia	7.700	7.700
Equivalência patrimonial	(18.614)	(16.669)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	15	-
Adicional sobre o lucro tributável (**)	-	(5)
Compensação do prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	(5)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social		11

^(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 2.611 e em 31 de dezembro de 2019, R\$ 2.595. O total do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 7.680 e em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.633.

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da Sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

^(**) Anulação do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, uma vez que a alíquota nominal utilizada é 34%, com o adicional e a base tributável é inferior a R\$240.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Nota	2020	2019
(a)	8.814	5.626
	14.922	7.530
	23.736	13.156
(b)	221	-
(b)	1.005	-
	1.226	-
(c)	25.000	-
	25.000	-
(d)	8.724	6.278
	8.724	6.278
	(a) (a) (b) (b) (c)	(a) 8.814 (a) 14.922 23.736 (b) 221 (b) 1.005 1.226 (c) 25.000 25.000

- (a) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (b) Mútuos a receber entre a Sociedade e empresa do grupo;
- (c) Contas a pagar entre a Sociedade e outras empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação, manutenção e outros;
- (d) Dividendos a serem pagos a sua controladora.

Durante o ano de 2020, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2020	2019				
		A valor justo	A valor justo		A valor justo	,	
	Custo	por meio de		Custo	por meio de		
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	_	147	147	-	515	515	
Mútuos a receber	1.226	-	1.226	-	-	-	
Dividendos a receber	23.736	-	23.736	13.156	-	13.156	
	24.962	147	25.109	13.156	515	13.671	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	25.022	1
Dividendos a pagar	8.724	6.278
	33.746	6.279

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Contas a pagar

Estão mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2020 e 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2020	2019	
Caixa e equivalentes de caixa	147	515	

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

As controladas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Gestão de risco--Continuação
 - v) Risco hidrológico--Controladas

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado spot ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Gestão de risco--Continuação
 - vi) Risco de não renovação da autorização--Controladas

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal n° 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal n° 13.360 alterou o art, 26°da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei n° 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Eventos subsequentes

Em 2 de março de 2021 a CCEE divulgou um novo cálculo dos impactos financeiros e extensão de outorga por conta da lei 14.052/2020. O valor recalculado da controlada Bela Vista Energética S.A. é de R\$ 10.744 ocasionando um aumento da outorga em 33 meses.

14. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 19 de março de 2021.